

Petróleo, Royalties & Região

UcamCidades

Campos dos Goytacazes/RJ - Ano II, nº 7 – Março / 2005

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades
Universidade Candido Mendes

APOIO:



ARTIGOS

O trabalho como plataforma de vida

Artigo discute as diferenças e tensões entre empregados da Petrobras e de demais empresas do setor petróleo. Texto também aborda os efeitos do confinamento entre estes profissionais na formação da identidade

PÁGINAS 9 E 10

Royalties e desenvolvimento dos municípios

Artigo analisa os impactos dos royalties nos municípios que fazem limite com a Bacia de Campos. Rendas do petróleo estão provocando um comportamento negligente em relação à geração de receitas próprias. Falta de preocupação com um desenvolvimento sustentável é um mal crônico

PÁGINAS 7 E 8

A distribuição de renda nas cidades do petróleo

Boletim busca identificar os maiores beneficiados pelas rendas do petróleo entre diferentes estratos sociais

PÁGINAS 2, 3 E 4



PROJETO DO PALACE MACAÉ, UM DOS INVESTIMENTOS NA ORLA

Brotando prédios por todos os lados

Macaé, no Norte do Rio de Janeiro, vive boom imobiliário e a sociedade discute os efeitos do crescimento

PÁGINAS 5 E 6

Consulte o Banco de Artigos, Teses, Estudos e Legislação do site Royalties do Petróleo

www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br

- Documentos legais
- Análises sobre distribuição e aplicação dos royalties
- Impactos territoriais
- Efeitos sobre as finanças públicas
- Desenvolvimento nas regiões petrolíferas

Você também pode enviar o seu artigo para boletim@ucam-campos.br

TEXTO FAZ O EXERCÍCIO DE TENTAR IDENTIFICAR UMA RELAÇÃO ENTRE O PAGAMENTO DE RENDAS PÚBLICAS PROVENIENTES DO PETRÓLEO E A SUA UTILIZAÇÃO EM BENEFÍCIO DA POPULAÇÃO



ANÁLISE DO BPR&R

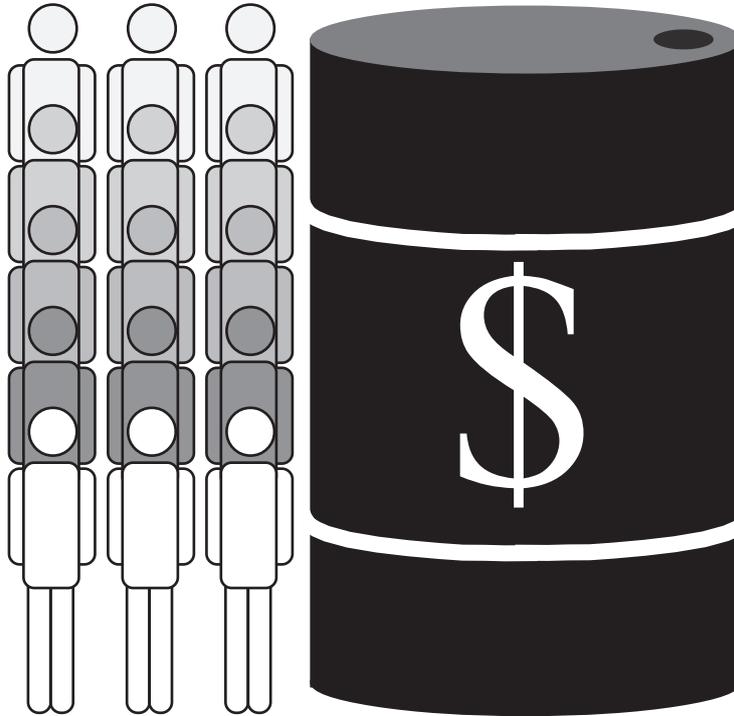
Quem se apropria das rendas públicas do petróleo?¹

Impactos dos royalties nos diferentes estratos da população

Como já tratado em diversas edições pelo Boletim Petróleo, Royalties & Região, as receitas orçamentárias *per capita* dos principais beneficiários das rendas petrolíferas são significativamente superiores à realidade enfrentada pelos municípios brasileiros.

Novas evidências são oferecidas pela confrontação dos resultados das Tabelas I e II, que demonstram a diferença entre a realidade dos orçamentos municipais brasileiros (Tabela I) e aquela experimentada pelos cinquenta municípios maiores recebedores de rendas petrolíferas (Tabela II). Os municípios foram agrupados segundo tamanho populacional e região geográfica a fim de possibilitar um exercício comparativo mais criterioso.

O confronto entre as duas tabelas evidencia que os cinquenta maiores recebedores de rendas petrolíferas, como regra



petrolíferas, invariavelmente, acabam sempre desembocando na indagação sobre quem são os efetivos beneficiários destas rendas. A questão, em outros termos, é saber se o *fundo público* formado pelas rendas petrolíferas é realmente revertido em benefício do *público*. Ou, ainda, saber se nas cidades receptoras de rendas petrolíferas é possível encontrar uma melhor distribuição, setorial e territorial, dos investimentos públicos, capaz de propiciar, em última instância, uma melhor distribuição da renda. Recolocando a questão: seriam as gestões políticas e econômicas das cidades ricas do petróleo mais solidárias com sua população?

Uma resposta precisa para esta questão talvez não possa ser dada, enquanto as rendas petrolíferas não forem separadas em fundos específicos pela contabilidade dos municípios

beneficiados. Contudo, enquanto esta exigência não for atendida, interessa ao BPR&R difundir instrumentos alternativos de mensuração deste problema.

Entre estes instrumentos de investigação alternativos, o conhecimento sobre a distribuição de renda nos municípios maiores recebedores de *royalties* e participações especiais pode fornecer importantes pistas sobre a penetração das rendas petrolíferas no tecido social.

Há inúmeras formas das rendas petrolíferas recebidas pelas prefeituras gerarem impactos na distribuição de renda municipal. Por exemplo, através da contratação de serviços e encomendas realizados pelo setor público ao setor produtivo local, da execução das políticas municipais de renda mínima e da própria distribuição espacial dos equipamentos públicos. Neste último caso, pode-se imaginar a extensão de serviços públicos

(ex: pavimentação, saúde, saneamento, educação) em áreas antes não assistidas que podem facilitar a integração de seus moradores ao mercado de trabalho, ou possibilitar o aumento da produtividade destes.

Como as informações sobre a distribuição de renda nos municípios dependem de dados censitários, elas estão limitadas temporalmente ao ano de 2000, sendo que uma atualização só poderá ser realizada em 2010, com a feitura do próximo Censo Demográfico. Esta limitação exige cautela do usuário destas informações, pois as rendas petrolíferas somente começaram a produzir impacto significativo nas receitas orçamentárias dos municípios petrolíferos a partir de 1998, com a regulamentação da Lei do Petróleo (9.478/97).

A Tabela III (na página 4) reúne as informações sobre a distribuição de renda nos vinte mu-

CINQUENTA MAIORES
RECEBEDORES TÊM
ORÇAMENTOS MAIS
CONFORTÁVEIS

geral, possuem orçamentos mais confortáveis do que a média nacional. Esta diferença, ligeira em alguns casos, pode atingir até 6,4 vezes a média dos municípios pequenos (< 20.000 hab.) do Sudeste, ou 4,4 vezes a média dos pequenos municípios nordestinos.

Diante de realidades orçamentárias tão distantes, os debates sobre a destinação das rendas

NA COMPARAÇÃO COM
O RJ E COM O PAÍS,
POBRES DE CAMPOS SÃO
MENOS PREJUDICADOS

nicipios que mais receberam *royalties* no ano 2000. Uma vez que a distribuição de renda é, em parte, explicada por fatores nacionais (ex: volume de emprego e política salarial de valorização do salário mínimo) e regionais (ex: políticas de geração de emprego e salário do funcionalismo estadual) a Tabela III

CONTINUA NA PÁGINA 3

CASO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ), O MAIOR RECEBEDOR DE ROYALTIES ENTRE OS MUNICÍPIOS, É TOMADO COMO EXEMPLO PARA A ANÁLISE DOS IMPACTOS DAS RENDAS DO PETRÓLEO NA VIDA DA POPULAÇÃO



CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 2

traz também, como parâmetro, informações acerca da distribuição de renda nos âmbitos estadual e nacional.

Como um guia para a interpretação destas informações, tomamos como exemplo o caso de Campos dos Goytacazes (RJ), o maior recebedor de royalties entre os municípios. Neste município, em 1991, os 10% mais ricos detinham 51,6% de toda a renda domiciliar municipal, já em 2000, esta participação cai para 45,6%, uma redu-

ção, portanto, de -6,0% na apropriação da renda pela classe mais rica. Se tomarmos agora os 20% mais ricos do município de Campos dos Goytacazes, verificamos também uma redução, de 65,5%, em 1991, para 62,2%, em 2000, o que representou uma redução de -3,3% na participação desta classe na apropriação das rendas domiciliares municipais. Quando passamos a interpretar a apropriação da renda pela classe dos 20% mais pobres

verifica-se uma tímida elevação, de 0,1%, uma vez que a participação da população pobre do município passou de 2,7% para 2,8%. Ora, no caso de Campos dos Goytacazes, fica nítido que embora a participação dos mais ricos tenha decrescido entre os anos de 1991 e 2000, não foram os mais pobres que se apropriaram desta renda, o que nos leva a concluir que foi a classe de renda intermediária (entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos) que se beneficiou

desta distribuição de renda.

Comparando o caso de Campos dos Goytacazes com o Estado do Rio de Janeiro e com o Brasil, verifica-se que a distribuição de renda verificada neste município foi vantajosa para os mais pobres, uma vez que no Brasil e na Unidade da Federação a classe mais rica elevou a sua participação entre os anos de 1991 e 2000, enquanto decresceu a participação na renda domiciliar do

CONTINUA NA PÁGINA 4

Tabela I - Receitas correntes municipais per capita, segundo região e tamanho populacional*.
Conjunto dos municípios brasileiros (respondentes à STN), 2003. (R\$)

Região	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Freq. Total
	Média	Freq.	Média	Freq.	Média	Freq.	Média	Freq.	Média	Freq.	
População (Hab.)											
< 20.000	722,44	245	621,06	1056	917,81	1053	1.034,79	931	1.055,16	315	3600
[20.000;50.000[474,16	82	445,58	354	714,78	257	734,61	127	676,28	57	877
[50.000;100.000[526,66	24	408,52	88	803,68	95	664,26	54	632,44	17	278
[100.000;250.000[555,10	8	487,36	29	864,17	59	762,85	26	583,29	7	129
[250.000;500.000[461,28	5	370,21	7	751,51	28	859,04	12	441,98	2	54
[500.000;1.000.000]	-	0	542,25	6	837,14	11	-	0	782,34	2	19
> 1.000.000	543,93	1	606,45	3	935,83	3	1.265,99	2	810,32	1	10
Total		365		1543		1506		1152		401	4967

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional * População de 2003 (estimativa da STN).

Tabela II - Receitas correntes municipais per capita, segundo região e tamanho populacional*.
Cinquenta maiores beneficiários das rendas petrolíferas, 2003. (R\$)

Região	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Freq. Total
	Média	Freq.	Média	Freq.	Média	Freq.	Média	Freq.	Média	Freq.	
População (Hab.)											
< 20.000	-	-	2.708,53	5	5.852,46	3	n/d	1	-	0	9
[20.000;50.000[-	-	1.806,44	6	2.770,19	8	1.449,38	2	-	0	16
[50.000;100.000[779,26	1	535,92	1	1.059,04	9	-	0	-	0	11
[100.000;250.000[-	-	637,03	1	1.388,97	7	-	0	-	0	8
[250.000;500.000[-	-	747,67	1	1.030,44	2	-	0	-	0	3
[500.000;1.000.000]	-	-	-	0	665,35	1	-	0	-	0	1
> 1.000.000	589,69	1	-	0	1.139,99	1	-	0	-	0	2
Total		2		14		31		3		0	50

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional * População de 2003 (estimativa da STN).

MUNICÍPIOS COMO SÃO FRANCISCO DO SUL (SC), GUARAREMA (SP), SÃO SEBASTIÃO (SP) E CARAPEBUS (RJ) TIVERAM APROPRIAÇÃO DAS RENDAS DO PETRÓLEO MAIS CONCENTRADA NA CLASSE MAIS RICA DA POPULAÇÃO



CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 3

estrato mais pobre da população.

Este resultado é diametralmente oposto aos encontrados, por exemplo, para os municípios de São Francisco do Sul (SC), Guararema (SP), São Sebastião (SP) e Carapebus (RJ), nos quais cres-

ceu substantivamente a apropriação da renda pela classe mais rica, e decresceu a participação do estrato mais pobre da população.

Até que ponto a destinação dada às rendas petrolíferas pelos governantes locais contribuiu para um

quadro de melhor ou pior distribuição de renda é uma questão ainda a ser respondida. Contudo, o quadro de informações oferecidas pelo BPR&R pode servir como importante pista para investigações futuras.

Nota do BPR&R

1- Neste texto, rendas públicas petrolíferas, ou simplesmente rendas petrolíferas, englobam o pagamento de *royalties* e participações especiais aos municípios beneficiários.

Tabela III - Apropriação da Renda Domiciliar por Estratos de Renda Selecionados nos Municípios Maiores Recebedores de Royalties, 2000.

Beneficiário	UF	Royalties recebidos em 2000	10% mais ricos			20% mais ricos			20% mais pobres		
			1991 (%)	2000 (%)	Variação 91/00 (%)	1991 (%)	2000 (%)	Variação 91/00 (%)	1991 (%)	2000 (%)	Variação 91/00 (%)
Coari	AM	R\$ 15.449.356,06	43,0	45,6	6,0	59,5	61,1	2,6	3,5	2,0	-41,8
Estado do Amazonas	AM		49,9	55,9	12,1	65,8	71,2	8,1	1,9	0,7	-64,2
Armacao dos Buzios	RJ	R\$ 12.071.332,24	46,5	48,3	3,8	58,7	63,7	8,5	4,3	2,5	-41,8
Cabo Frio	RJ	R\$ 23.371.221,04	43,8	48,7	11,3	61,2	64,5	5,5	2,9	2,2	-26,1
Campos dos Goyt.	RJ	R\$ 94.025.373,95	51,6	45,9	-10,9	66,5	62,2	-6,5	2,7	2,8	4,0
Carapebus	RJ	R\$ 10.859.254,48	28,8	32,7	13,5	45,9	48,9	6,5	5,6	4,4	-21,5
Casimiro de Abreu	RJ	R\$ 11.547.893,15	46,9	41,4	-11,7	62,1	56,5	-9,1	2,9	3,9	33,2
Duque de Caxias	RJ	R\$ 11.041.408,24	36,6	39,7	8,7	52,4	56,1	7,1	4,3	2,5	-43,1
Macaé	RJ	R\$ 67.461.252,65	44,3	44,1	-0,6	62,0	60,9	-1,8	2,8	3,0	7,7
Mage	RJ	R\$ 5.041.181,82	36,2	39,8	9,9	52,7	56,1	6,4	4,0	2,8	-31,2
Quissama	RJ	R\$ 25.077.088,71	40,5	41,4	2,2	56,6	57,3	1,2	3,7	3,4	-8,4
Rio das Ostras	RJ	R\$ 36.510.215,78	46,7	46,6	-0,1	61,3	62,5	2,0	3,6	2,7	-23,3
Sao Joao da Barra	RJ	R\$ 12.263.029,70	40,2	40,1	-0,2	56,2	56,5	0,7	3,9	3,3	-13,9
Est. do Rio de Janeiro.	RJ		49,4	49,5	0,2	65,3	65,6	0,4	2,4	2,1	-13,4
Areia Branca	RN	R\$ 5.907.219,71	40,7	39,4	-3,3	57,5	57,2	-0,5	2,8	2,0	-30,1
Guamare	RN	R\$ 7.346.876,95	42,9	39,2	-8,6	58,1	55,2	-5,0	1,0	3,5	249,8
Macaú	RN	R\$ 5.037.288,75	47,1	38,2	-18,9	61,5	54,2	-11,9	3,0	4,0	31,9
Est. do Rio G. do Norte	RN		52,5	54,6	4,1	67,4	69,3	2,7	2,4	1,3	-46,5
Sao Francisco do Sul	SC	R\$ 6.218.139,62	38,8	49,8	28,6	55,0	64,5	17,3	3,8	2,5	-34,3
Est. de S. Catarina	SC		42,9	45,3	5,5	58,8	60,6	3,0	3,1	3,0	-2,0
Aracaju	SE	R\$ 6.307.699,26	48,8	50,5	3,5	66,1	68,0	2,9	2,2	1,7	-24,6
Estado de Sergipe	SE		52,8	55,1	4,5	67,4	69,6	3,2	2,6	1,5	-41,1
Guararema	SP	R\$ 9.113.714,85	42,3	49,6	17,3	59,7	65,8	10,1	2,7	2,5	-7,4
Ilhabela	SP	R\$ 7.143.836,35	42,7	47,0	10,1	58,3	61,6	5,5	3,4	3,0	-12,8
Sao Sebastiao	SP	R\$ 16.341.118,36	39,4	45,4	15,3	56,5	60,3	6,7	4,0	3,1	-22,0
Estado de São Paulo	SP		44,4	47,6	7,3	60,2	63,5	5,5	3,2	2,5	-22,8
Brasil	BR		48,6	50,5	3,9	67,1	68,1	1,5	1,9	1,5	-21,1

PRÓXIMA À BACIA DE CAMPOS, A CIDADE TEM O SEU CENÁRIO URBANO ALTERADO EM RAZÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS. MATÉRIA DO BPR&R TRAZ DIFERENTES VISÕES SOBRE O FENÔMENO



MATÉRIA

Macaé em ponto de ebulição

Novos investimentos alteram o cenário da cidade

VITOR MENEZES

Um macaense que mora distante de sua cidade há dez ou quinze anos não acreditaria estar de volta se fosse atirado, de repente, em um ponto qualquer da praia de Cavaleiros. Fruto de um conjunto de impactos urbanos desde a chegada da Petrobras a Macaé, em 1978, as mudanças nesta cidade do Norte Fluminense, a 182 quilômetros do Rio de Janeiro, parecem, agora, se mostrar em todo o seu potencial.

Uma alteração na legislação municipal sobre os limites para a construção em parte da orla do município, entre o chamado Trevo da Petrobras e a Morada das Garças, abriu as portas para uma transformação de cenário que fez, mais uma vez, confirmar o vigor que possui



VISTA DA PRAIA DE CAVALEIROS QUE NOVOS HOTÉIS INVESTEM PARA EXPLORAR

truída de um empreendimento fosse uma vez e meia maior que a área do terreno —, passou a adotar como parâmetro a altura do prédio, que passou a ser de 20 metros até a última laje, com tolerância para caixas de água, casa de máquinas de elevadores ou outras necessidades de serviços para o prédio.

Esta mudança significou, na prática, que os prédios passariam a poder ter algo em torno de seis pavimentos, dependendo do projeto. A Lei não mais fala em coeficiente de proporção entre área construída e o terreno, mas, de acordo com cálculos de arquitetos, esta relação passou a ser de aproximadamente 3,6. Antes, a limitação pelo coeficiente de 1,5 acabava por permitir a construção, em geral, de prédios de até dois pavimentos.

Reação

Houve forte reação na cidade à aprovação da Lei, que acabou acontecendo no final de 2002. De acordo com o biólogo e ambientalista Guilherme Sardenberg Barreto, várias entidades ligadas à defesa do Meio Ambiente se opuseram à mu-

dança. Segundo ele, a construção de prédios mais altos na orla eleva a temperatura da cidade, satura os serviços de esgoto e abastecimento, sobrecarrega as vias públicas, projeta sombra sobre a areia, e está na contramão da tendência verificada em outras cidades que já passaram pelo mesmo problema.

“Hoje existem várias cidades, como o Rio, que estão tentando fazer o caminho inverso, criando limitações severas para tentar frear o crescimento imobiliário desordenado”, afirma, lembrando ainda o caso da praia de Icaraí, em Niterói, onde um forte movimento de entidades ambientais também se opôs a uma mudança no gabarito das construções.

Para o assessor de Planejamento e Desenvolvimento do Crea-RJ (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro) em Macaé, Rodrigo Machado, ainda que as preocupações como as citadas acima devam ser observadas, a mudança no município ficou em patamares aceitáveis. De acordo com Machado, a altura de seis pavimentos é “razoável” para a faixa de

400 metros após a Orla, puxando para quadras mais afastadas do mar as construções mais altas.

“Não há dúvida de que em termos de estrutura urbana ainda há muito que fazer em Macaé. Se tomarmos, por exemplo, a concepção ambiental de esgoto, que não se limita à coleta, ainda temos muito que avançar no fornecimento de água tratada, em drenagem, no tratamento do lixo, controle de pragas, entre outras áreas. Também precisamos de um planejamento viário melhor. Mas no que diz respeito especificamente à mudança no gabarito na Orla, para nós do Crea-RJ ficou de bom tamanho”, afirma.

Machado, que é arquiteto e urbanista, destaca que o apetite das construtoras buscava a autorização para erguer prédios

LIMITE NA ALTURA DE PRÉDIOS NA ORLA SALTOU DE DOIS PAVIMENTOS PARA SEIS

PARA O CREA-RJ, MUDANÇA AINDA ESTÁ EM UM PATAMAR ACEITÁVEL

uma idéia de desenvolvimento ligada à exploração à exaustão de um determinado potencial econômico, em oposição a uma concepção mais cautelosa.

Após uma intensa polêmica na cidade, a Câmara de Vereadores do município aprovou, e o então prefeito, Silvio Lopes (PSDB), sancionou, a Lei 2.185/2001, que alterou os limites para a construção na cidade. Para a Orla da região da Praia dos Cavaleiros, a limitação, antes fixada em um coeficiente de 1,5 — que permitia que a área consi-

mais altos do que o que acabou sendo aprovado. “Ajudamos a mobilizar a sociedade e a democratizar a discussão sobre o tema. Acabamos influenciando na formação de um modelo mais moderno e mais sustentável, que limita com mais rigor a construção na Orla e puxa o crescimento para trás. Para nós, no entanto, deste ponto não pode passar”, disse.

Defesa

CONTINUA NA PÁGINA 6

HOTÉIS SÃO A FACE MAIS VISÍVEL DOS NOVOS INVESTIMENTOS DO MERCADO IMOBILIÁRIO. PREFEITURA SE PREPARA PARA DISCUTIR O PLANO DIRETOR DA CIDADE. E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA COMO FONTE DE IDENTIDADE COLETIVA



CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 5

O secretário municipal de Obras de Macaé, Tadeu Campos, rebate críticas como a de que os prédios fazem sombra na Orla com o argumento de que “a altura dos prédios não fará sombra para os banhistas no horário de praia”,

afastando também a hipótese de problemas com a ventilação. Ele pondera que o município precisa aproveitar o chamado *boom* do petróleo para se desenvolver. “É o caminho para transformar Macaé realmente numa capital do pe-

tróleo. Precisamos nos preparar para os futuros moradores que vamos atrair e que têm que encontrar a cidade mais estruturada”, afirma.

Campos destaca ainda que a *verticalização* do crescimento é

uma necessidade para segurar a supervalorização dos imóveis na cidade. “Com o aumento na construção civil, novos imóveis vão surgindo e os preços começarão a se equilibrar”, avalia o secretário.

Redes hoteleiras investem na cidade

Uma das faces mais visíveis do crescimento imobiliário de Macaé, nos últimos anos, é a instalação, no município, de unidades de grandes redes hoteleiras. Se o mercado imobiliário é um eficiente termômetro da economia, o investimento em hotelaria é um contundente sinal de aposta em um crescimento que tende a se sustentar. Ninguém constrói um hotel em uma cidade apostando somente numa onda passageira de euforia econômica.

A sofisticação dos empreendimentos e o profissionalismo nas estruturas de *marketing* e de vendas também são sinais de que os investidores não estão brincando. No *release* de divulgação de um destes grandes empreendimentos,

o *Four Points Sheraton Macaé*, de 19 pavimentos próximo à praia dos Cavaleiros, o tom do entusiasmo é acentuado: “Bem-vindo a Macaé, a “Houston brasileira”. Uma das cidades que mais cresce no Brasil, onde se encontram as maiores empresas petrolíferas do mundo. A capital do capital. Um pólo fantástico de investimentos e de oportunidades. Só para se ter uma idéia da força de Macaé, seu aeroporto tem hoje o maior movimento de pouso e decolagem de helicópteros da América Latina”.

Além do Sheraton, outros grupos estão investindo na região, com empreendimentos como o *Macaé Palace Residence Service* e o *Alliance Macaé*. Para atender a uma demanda mais profissional



SHERATON, CONCLUSÃO EM 2006

e econômica, há ainda, no Bairro da Glória, a construção de uma unidade da rede hoteleira *Íbis*, que possui 15 hotéis no Brasil, entre os 596 empreendimentos que possui em 30 países.

Prefeitura vai discutir Plano Diretor

O debate acerca dos destinos urbanos de Macaé pode voltar a esquentar. A Prefeitura está anunciando a implantação do seu Plano Diretor, em obediência ao que determina a Lei 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e prevê que toda cidade com mais de 20 mil habitantes é obrigada a ter um Plano Diretor — que deverá ser aprovado no prazo de cinco anos. O limite, portanto, é 2006, e a Prefeitura está dando largada ao debate público sobre o tema.

Segundo o secretário municipal de Comunicação Social, Rômulo Campos, “a principal preocupação é com a participação da comunidade. Queremos abrir canais para que todos possam saber o que é o Plano Diretor e, também, possam cooperar na sua elaboração”.

De acordo com o coordenador de Ações Governamentais de Implementação do Plano Diretor, Hermeto Didonet, a elaboração do Plano está em uma etapa interna de reuniões, que será seguida de um levantamento da legislação e da cartografia municipal e de encontros com diversos segmentos da sociedade. Em um terceiro momento, explica, será criado um texto base da lei do plano, que será apresentado para avaliação em audiências públicas com a participação da sociedade e dos vereadores.

A memória como último refúgio

Aceitar ou não que a cidade onde se vive muda rapidamente a sua face urbana não é somente um assunto que envolve questões ambientais e de desenvolvimento econômico. Uma dimensão deste debate é o que envolve a memória, a identidade e a sensação de pertencimento dos seus moradores. Neste aspecto, a preocupação com Macaé está instalada desde o final da década de 70, quando a Petrobrás aportou suas instalações no município.

Em um artigo de 1996, apresentado durante o IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Ja-

neiro, a então mestrande da UFF (Universidade Federal Fluminense), Silvana Cristina Bandoli Vargas, mostrou que as mudanças ocorridas em Macaé alteraram a relação dos seus habitantes com a cidade e com as suas próprias histórias de vida.

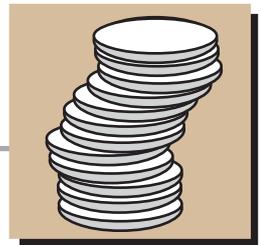
Pesquisando crônicas de jornais locais, matérias sobre a cidade publicadas por jornais de circulação nacional, trabalhos de historiadores e memorialistas, e entrevistando moradores antigos, Vargas levantou relatos que apontam para uma sensação de urgência na preservação de uma narrativa sobre si mesmos.

“A busca do passado perdido macaense mobiliza a todos: a criação de um centro de cultura

em início da década de 80 e já no início dos anos 90, a origem de um Instituto Histórico e Geográfico Macaense, são ações visíveis e coletivas da busca por documentos perdidos, pelas provas de um passado cada vez mais longínquo”, afirma.

No cotidiano, os moradores são defrontados com espaços que se transformam rapidamente e convivem com sentimentos que oscilam entre a nostalgia e um certo elogio a uma idéia desenvolvimentista de progresso. No artigo, a pesquisadora fala da “estranha sensação de viver em dois mundos distintos e simultâneos, em que a condição para se estar vivo é a adaptação forçada à crescente rapidez”.

ARTIGO ANALISA A RELAÇÃO ENTRE RECEITA PRÓPRIA E AS RENDAS DO PETRÓLEO PARA CHEGAR A DIAGNÓSTICO SOBRE AS REPERCUSSÕES DOS ROYALTIES NOS MUNICÍPIOS QUE FAZEM LIMITE COM A BACIA DE CAMPOS



ARTIGO

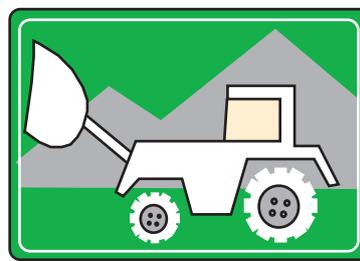
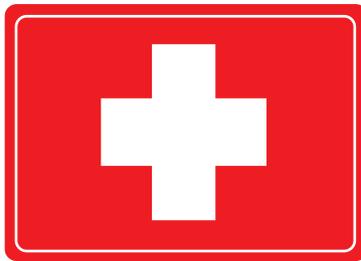
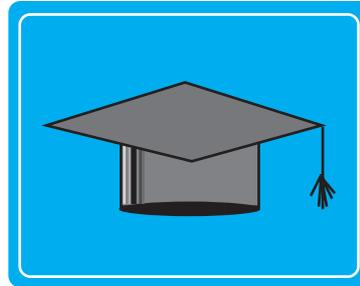
Efeitos socioeconômicos dos *royalties* do petróleo no desenvolvimento econômico

CARLOS AUGUSTO GÓES PACHECO

Desde a criação da Petrobras, em 1953, até as recentes descobertas realizadas nas Bacias de Campos, Santos e Espírito Santo, a indústria de petróleo brasileira vem apresentando um incontestável potencial para a promoção de inovações nos diversos setores da indústria e, ao mesmo tempo, na reprodução de renda e emprego, através de maciços investimentos e seu impacto sobre as demais cadeias produtivas, devido a seu efeito multiplicador. Com o desenvolvimento de novas tecnologias e as descobertas de novas jazidas, as expectativas são de que a produção venha a aumentar, gerando mais recursos, inclusive sob a forma de *royalties* e participações especiais.

Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP)¹, no ano de 2004, foram distribuídos R\$ 4,810 bilhões, a título de *royalties*, entre todos os beneficiários destas indenizações, quantia 9% maior que o arrecadado no ano anterior. Somente o Estado do Rio de Janeiro recebeu R\$ 984,8 milhões, cerca de 63,8% do total distribuído entre as Unidades da Federação. Já para as participações especiais, o montante alcançou a cifra de R\$ 5,222 bilhões, sendo destinado ao Estado do Rio de Janeiro R\$ 2,025 bilhões.

Os *royalties* e participações especiais constituem-se em importante reforço no orçamento dos municípios fluminenses, em especial para aqueles confrontantes à Bacia de Campos², no sentido que possibilitou *superávites* das receitas em relação às despesas, para a maioria dos beneficiários, nos anos 2001/2002, revertendo a situação deficitária em que se



encontravam em 1997/1998 (de acordo com análise realizada a partir de dados do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e da Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro). Cresceram também as participações daqueles recursos nas receitas totais municipais: a progressão das porcentagens, entre os anos de 1997 e 2000, apresentou um salto gigantesco e repentino de dependência da receita total municipal em relação aos *royalties* e participações especiais, como, por exemplo, em Rio das Ostras, passando de 2,27% em 1997, para 71,51% em 2000. Neste ano (2000), cinco dos nove municípios em análise apresentaram percentual superior a 50% de dependência das participações governamentais em relação à receita total municipal.

O potencial dos *royalties* e participações governamentais torna-se visível quando comparados com as receitas tributárias municipais e os repasses *intergovernamentais* (que, tradicionalmente, sempre se constituíram na principal fonte de recursos dos municípios). O volu-

me arrecadado no período 1997-2002 superou todas as outras fontes, ultrapassando impostos significativos, como o ICMS e o ISS, para os nove municípios da Zona de Produção Principal. Para os demais municípios do Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas, verificou-se uma influência menor dos *royalties*, revelando maior dependência das transferências *intergovernamentais* nos seus orçamentos.

TRIBUTOS MUNICIPAIS ESTÃO DIMINUINDO NA RELAÇÃO COM AS RENDAS DO PETRÓLEO

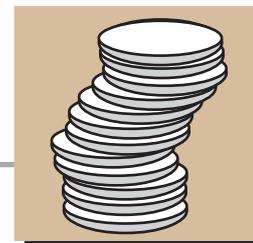
Foi averiguada uma diminuição da participação dos tributos municipais na receita total. Como os municípios estão arrecadando mais com as participações governamentais, não está havendo preocupação, em alguns casos, em garantir receitas próprias, permanecendo subordinados aos repasses de outras esferas de governo, e

ampliando a dependência em relação aos *royalties* e participações especiais. Outro problema é a guerra fiscal, levando municípios a abdicarem de impostos, na esperança de que a atração de empresas possa vir a gerar rendimentos no longo prazo. Esta redução nos recursos tributários, leva a crer que os municípios podem estar utilizando os *royalties* para promover ajustes em suas contas, a fim de se enquadrarem na legislação estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Isto contrasta a lógica das indenizações petrolíferas, que seria a de oferecer condições para a *sustentabilidade* econômica das regiões beneficiadas, pelas atividades de E&P, num período posterior ao esgotamento das jazidas de petróleo e gás natural.

Quanto à capacidade de investimento, os nove municípios da Zona de Produção Principal apresentaram números sensivelmente superiores àqueles verificados no Norte Fluminense e nas Baixadas Litorâneas, estabelecendo-se a hipótese de que os *royalties* estão contribuindo para este aumento dos investimentos, graças ao seu reforço nos cofres públicos municipais. No período de 1997/1998, a média de investimentos *per capita* dos municípios da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos era de R\$ 110,37, saltando para R\$ 364,41 em 1999/2000 e posteriormente, no período de 2001/2002, de R\$ 575,36 (aumento de 421,3% de 1997 a 2002), enquanto que os municípios limítrofes experimentaram aumentos de 197,5% e em valores menores (a média de investimentos *per capita* deste grupo em 2002 foi de R\$

CONTINUA NA PÁGINA 8

AUTOR DE ARTIGO DEFENDE QUE MUNICÍPIOS ORGANIZADOS EM INICIATIVAS COMO A OMPETRO ADOTEM UMA POSTURA MENOS “EXCLUSIVISTA”, SUBSTITUINDO A CULTURA DA RIVALIDADE PELA DA COOPERAÇÃO



CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 7

153,80).

Todavia, os valores dos investimentos, quando comparados com as receitas de *royalties*, no período de 1999-2002, evidencia que estão sendo destinados para fins diversos, e não exclusivamente nesta categoria de despesas de capital. Apesar deste procedimento estar de acordo com a legislação vigente, desperdiça-se um grande potencial de investimento, quando se consideram as áreas de uso das participações governamentais estabelecidas por legislações anteriores à Lei do Petróleo (como energia, abastecimento de água e saneamento básico).

Uma questão relevante foi o papel dos *royalties*

na determinação dos empregos formais, já que maior mão-de-obra foi empregada, a fim de atender às obras públicas municipais proporcionadas pelo aumento dos investimentos. Os maiores gastos em Habitação e Urbanismo observados no período de 1997 a 2002 relacionam-se ao impacto sofrido pelas localidades próximas à áreas de E&P de petróleo e pela expansão urbana provocada pelo turismo. As despesas em Saúde e Educação, no mesmo período, superaram os repasses do SUS e FUNDEF, respectivamente, corroborando a suposição de que estes setores foram beneficiados com outros recursos, particularmente dos *royalties*.

Mesmo representando um importante reforço nos cofres públicos e de se constituírem em uma fonte expressiva para investimentos, os *royalties* apresentam uma característica errática no que se refere à sua arrecadação mensal, aumentando a

dificuldade de planejamento dos orçamentos municipais. Uma eventual supressão abrupta destes recursos pode comprometer a execução orçamentária e causa, em última análise, prejuízo aos munícipes. Esta perda repentina de receitas, na maioria das vezes, não permite uma rápida recuperação das finanças municipais, levando muitos prefeitos a descumprirem a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que acarreta uma série de punições para o município, prejudicando-o ainda mais na tentativa de sanar suas deficiências.

Ao se comparar, por exemplo, as receitas dos municípios do

Norte Fluminense sem os pagamentos das Participações Governamentais, estas localidades teriam que, praticamente, duplicar seu produto interno bruto, a fim de compensar um cenário em que não existissem repasses destas indenizações petrolíferas. Isto se torna mais evidente para os municípios pertencentes à Zona de Produção Principal.

Considerando as receitas totais municipais sem os repasses de *royalties* e participações especiais, no ano base de 2002, a taxa de crescimento anual da receita total municipal necessária para se atingir o mesmo montante da receita total de 2002 com os repasses de *royalties* e participações especiais, num período de 15 anos, seria de: 6,03% para Campos dos Goytacazes; 5,26% para Carapebus; 1,21% para Cardoso Moreira; 1,12% para Conceição de Macabu; 5,27% para Macaé; 0,35% para

Quissamã; 0,91% para São Fidélis; 0,71% para São Francisco de Itabapoana e 1,59% para São João da Barra.

Como visto, pode-se deduzir que a repartição das receitas dos *royalties* e participações especiais está sendo direcionada a abastecer governos locais, dos recursos necessários ao atendimento da demanda imprevisível por serviços públicos. Entretanto, poucos municípios apresentaram uma ação mais harmonizada, voltada para um projeto de *sustentabilidade*, de diversificação da base produtiva local e da geração de trabalho e renda fora da cadeia do petróleo.

Para isto, é importante que se mude a cultura de rivalidade e competição para uma atitude de cooperação no âmbito das administrações municipais. Há maior necessidade de interação entre os municípios, pois o desenvolvimento não pode ser contido dentro dos limites municipais, sobretudo quando se raciocina em desenvolvimento local ou regional. A Ompetro³ apresenta-se como um exemplo de que a cooperação intermunicipal é capaz de promover melhorias no processo administrativo dos municípios envolvidos no processo, ao mesmo tempo em que proporciona benefícios socioeconômicos a estas localidades. No entanto, ainda se acredita que as ações da organização ainda são muito limitadas, pois não vêm investindo, de fato, na promoção do desenvolvimento e, além disto, os componentes assumem uma posição exclusivista, defendendo seus interesses frente a qualquer possibilidade de mudança⁴.

Assim, apesar dos *royalties* e participações especiais estarem contribuindo para a melhoria do bem-estar das gerações presentes, não está claro em que me-

didada as despesas financiadas com os recursos das indenizações petrolíferas irão beneficiar as gerações futuras. O potencial de melhoria existe e somente pode se concretizar a partir de uma política de desenvolvimento que aplique recursos não apenas nas atividades relacionadas à seguridade social, como também em atividades destinadas ao fortalecimento e à diversificação das atividades produtivas dos municípios.

CARLOS AUGUSTO GÓES PACHECO
É ECONOMISTA, MESTRANDO DO
PPE/COPPE/UFRJ.

Nota do autor

1 - www.anp.gov.br

2 - Armação de Búzios; Cabo Frio; Campos dos Goytacazes; Carapebus; Casemiro de Abreu; Macaé; Quissamã; Rio das Ostras e São João da Barra (todos pertencentes à Zona de Produção Principal da Bacia de Campos).

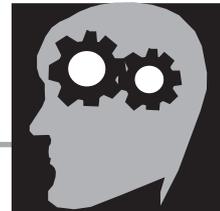
3 - Organização dos Municípios Produtores de Petróleo, formada pelos municípios localizados na Zona de Produção Principal da Bacia de Campos, além de São João da Barra, São Francisco de Itabapoana e Presidente Kennedy (ES).

4 - Na página da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, na seção relacionada à Bacia de Campos, encontra-se um texto, de autoria do próprio prefeito, que transpõe esta posição protecionista: “A Ompetro se consolidou e trouxe mais segurança a estes municípios, tornando-se um órgão de defesa dos que produzem petróleo nesta região, promovendo reuniões sistemáticas para tratar de assuntos do seu interesse, como parcerias e projetos que viabilizem novos investimentos”. Disponível em: <http://www.bacia.campos.rj.gov.br/Bacias.asp>.

Nota do BPR&R

Este artigo é um resumo da monografia “A Aplicação e o Impacto dos Royalties do Petróleo no Desenvolvimento Econômico dos Municípios Confrontantes da Bacia de Campos”, de bacharelado em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da UFRJ. O trabalho ficou em primeiro lugar no XIV Prêmio CORECON de Monografias 2004, do Conselho Regional de Economia - 1ª Região/RJ. Sua íntegra está disponível no Banco de Artigos, Teses, Estudos e Legislação do site www.royaltiesdopetroleo.ucamcampos.br.

ARTIGO BUSCA DESVENDAR OS IMPACTOS DA VIDA EM CONFINAMENTO, NAS PLATAFORMAS, NAS IDENTIDADES DOS TRABALHADORES DO SETOR PETRÓLEO. DIFERENÇAS ENTRE EMPREGADOS DA PETROBRAS E DE DE MAIS EMPRESAS DO SETOR PROVOCAM TENSÕES NA CATEGORIA



ARTIGO

O homem offshore – Notas sobre o cotidiano dos trabalhadores do petróleo na Bacia de Campos

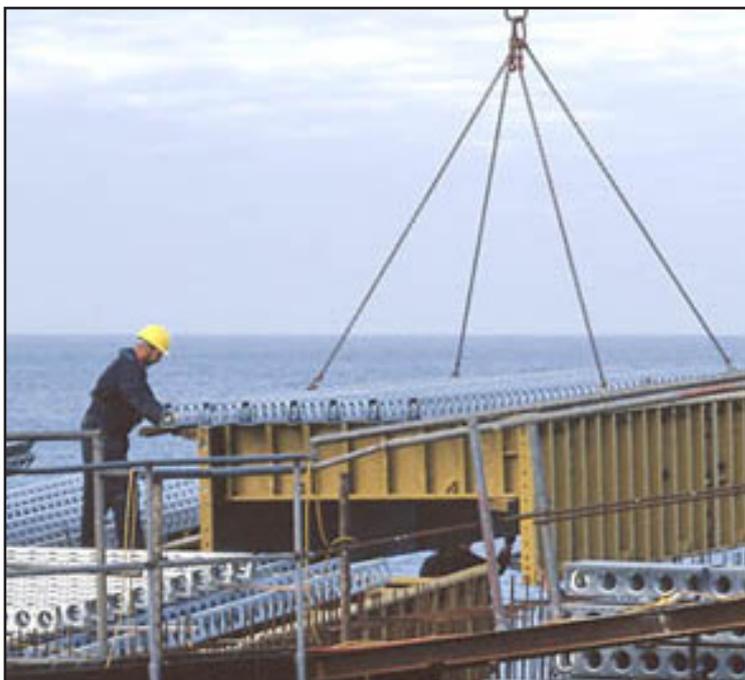
PATRÍCIA SILVEIRA DE FARIAS

Júlio¹ trabalhava na P-36, e havia dois dias que tinha desembarcado, quando recebeu a notícia. “Quando eu liguei a televisão, ouvi: ‘A P-36 explodiu, morreram 11 funcionários Petrobras.’ Aquilo pra mim foi assim, como se você tivesse uma bala na coluna vertebral. Eu fiquei todo torto. Minha esposa foi quem conseguiu me colocar no sofá e eu sentindo dor em todo o corpo e não conseguia falar, era crise de choro e... depois febre alta, muita febre. Passei 30 dias nesse processo, depois fiz um tratamento com psicólogo.”

Que tipo de trabalho é este, que mobiliza as pessoas tão inteiramente que é capaz de fazê-las sentir na própria carne quando algo dá (muito) errado? Como é o cotidiano de trabalhadores que “moram” metade do mês em alto mar, e na outra metade podem estar em Salvador, Rio, Minas ou Campos? Que tribo é essa – a dos petroleiros? Este artigo é o primeiro esforço em responder a estas e outras perguntas, numa pesquisa maior que inclui entrevistas e pesquisa de campo².

Há pouco mais de 7.048 funcionários da Petrobras na UNBC; destes, 6482 são homens e 566 mulheres³. Em contrapartida, são cerca de 30 mil empregados de empresas prestadoras de serviços à estatal petrolífera⁴, e, embora não haja uma estimativa precisa a respeito do número de mulheres neste quadro, a ampla vantagem masculina se mantém.

A esta maciça presença masculina se soma um regime de trabalho especial, que estabelece turnos de 14 dias ininterruptos de trabalho por 14 ou 21 de descanso⁵, nas plataformas marítimas, só alcançáveis após 40 minutos de helicóptero em



média. Isso significa, no dizer de vários entrevistados, um ambiente de confinamento – um chegou a dizer se tratar de “prisão remunerada” (e bem remunerada, diga-se, particularmente no quadro de recessão que assola o país⁶).

Neste contexto, o trabalho é o centro em torno do qual se constrói a vida destes homens. Este trabalho aparece nestas falas como algo tenso, eivado de riscos e perigo – e que exige, em contrapartida, dedicação plena e atenção total. A identificação destes homens com a atividade que fazem é tamanha que uma ameaça ao corpo da plataforma é uma ameaça ao próprio corpo do trabalhador.

Também o ritual do embarque e do desembarque deixa evidente a entrega destes indivíduos ao trabalho e à empresa que o representa.

Todos os entrevistados foram unânimes em descrever o que

já apelidaram sugestivamente de TPE – tensão pré-embarque, uma analogia com a tensão pré-menstrual feminina. Um ou dois dias antes do embarque, começa uma série de “sintomas” que incluem insônia, mau humor, mudez, inquietude, indisposição para qualquer atividade, dor de cabeça e de barriga. “É uma sensação de derrota”, comenta um embarcado. O contrário desta sensação é sentido às vésperas do desembarque. Ali também há insônia – “você arruma e desarruma a mala vinte vezes” – e agitação, desta vez, porém, crivada de expectativa. “O dia da chegada é o dia mais feliz do mundo. É o alívio”.

Assim, durante os dias de trabalho, estes homens assumem a perspectiva do sacrifício em nome da família. É para “elas” basicamente — mulheres, mães, filhas — que eles se arriscam e sofrem confinamento⁷. Neste sentido,

lembram os *cumpridores* de que nos fala Viveros Vigoya (2003), aqueles homens marcados pela noção de responsabilidade, de provedor através do trabalho das necessidades dos seus. Viveros nos fala também dos *quebradores*, outro modelo masculino, este, caracterizado pela vivência extremada da sexualidade e outros excessos corporais – bebida, dança, drogas, boemia. Num sentido semelhante, vários dos homens que entrevistei falam do tempo de descanso como um tempo de festas ininterruptas, de boemia, do excesso de álcool, de sexo ou drogas mais pesadas. Assim, muitos dos homens *offshore* parecem se repartir em 14 dias de *cumpridores* e 21, ou 14, de *quebradores*; como um entrevistado comentou, “as pessoas normalmente têm um pouco de lazer, um pouco de trabalho; com a gente, fica tudo concentrado: são 14 dias de tensão e 21 dias pra farra. É muito desequilíbrio.”

Neste “barril de pólvora”, no dizer de um petroleiro, várias tensões afloram, como, por exemplo, a questão da geração. Os funcionários da Petrobras, graças à estabilidade característica do serviço público, são longevos no trabalho. Além disso, estes funcionários mais antigos desenvolveram sua qualificação dentro das necessidades e estímulos da própria empresa, ao contrário, por exemplo, dos jovens engenheiros e outros especialistas, formados em universidades⁸. Esta distinção é *iconizada* tanto por rituais de iniciação *offshore*⁹ como pelo epíteto “borracha”, com que os mais velhos brindam os mais novos, e que significa, como observou um jovem trabalhador, que “os mais velhos tinham feito tudo certo, e aí nós chega-

O TRABALHO É O CENTRO EM TORNO DO QUAL SE CONSTRÓI A VIDA DESTES HOMENS

MULHERES, AINDA QUE EM MINORIA NAS PLATAFORMAS, ASSUMEM A
CONDIÇÃO DE COLEGAS DE TRABALHO E PROMOVEM
UMA RESSIGNIFICAÇÃO DO AMBIENTE PROFISSIONAL



CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 9

mos e apagamos tudo. Pra eles, a gente não faz nada direito.”

As entrevistas revelaram ainda a forte divisão existente entre os funcionários da Petrobras e os das empresas prestadoras de serviços. Assim, a estabilidade, a boa remuneração e a experiência do serviço nas plataformas servem mais uma vez como base para a desconfiança que nutrem os “Petrobras” – que se afirmam como os únicos “verdadeiros petroleiros” – em relação aos empregados de outras firmas. Estes são vistos

como ignorantes da prática do trabalho em alto mar e sem “apego” à atividade que exercem. Por sua vez, os “Petrobras” são considerados arrogantes e ignorantes da realidade do mercado do trabalho (“eles só sabem aquilo ali, mais nada”, comenta um “terceirizado”).

E as mulheres, dentro deste sistema? Durante um bom tempo, a mulher se colocava, e era colocada, basicamente como a esposa do petroleiro. A vida destas mulheres tem um forte vínculo com o trabalho do marido, em torno do qual organizam seu tempo e seus afazeres; estas mulheres procuram cumprir mais tarefas de trabalho ou estudo enquanto “ele não está”, e deixam a maioria das atividades de lazer para quando “ele está”.

O afluxo de mulheres, tanto aprovadas pelos mais recentes

concursos da Petrobras, quanto a serviço das empresas contratadas pela Petrobras, abala este esquema, impelindo-os a um trabalho intenso de reclassificação simbólica do feminino. A mulher agora não é mais apenas aquele objeto de desejo longínquo na solidão das plataformas, mas uma colega de trabalho, ou uma chefe. Ela é ícone também de uma *ressignificação* do ambiente de trabalho, como demonstram os comentários de que a presença feminina suaviza a etiqueta a bordo. Assim, os costumes

meios palavrões, o falar aos gritos e a “brutalidade” parecem “tomar jeito” quando a mulher entra em cena¹⁰.

É importante

lembrar que todas estas são classificações estreitamente vinculadas à progressão dentro de uma carreira profissional, e, portanto, à perspectiva de ascensão social. Neste quadro, ser homem ou mulher, velho ou novo, contratado ou Petrobras são fatores que contam pontos para uma melhor ou pior posição dentro do grupo. Dissecar os intrincados meandros destas hierarquias, os critérios que organizam a vida diária destes homens e mulheres, com suas novas articulações simbólicas, é tarefa cada vez mais urgente, no sentido de compreender amplamente os processos sociais engendrados a partir da nova situação econômica que se instalou na região com a

chegada da Petrobras. Só assim se tornará possível a formação de uma agenda conectada com as ansiedades e desejos da população envolvida de forma direta ou indireta nesta realidade.

PATRICIA SILVEIRA DE FARIAS É
DOUTORA EM SOCIOLOGIA E ANTHROPOLOGIA PELO IFCS/UFRJ E
PROFESSORA DO MESTRADO EM
PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO
DE CIDADES DA UCAM-CAMPOS

NOTAS DA AUTORA

- 1 - O nome é fictício, para preservar a identidade do informante, conforme regras usuais das pesquisas em Ciências Sociais.
- 2 - O estudo está sendo realizado com apoio do Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes, Campos (UcamCidades). Agradeço imensamente a colaboração de Carlos Abdelkader Magalhães Neto, bolsista de iniciação científica pela Fenorte, e de minha assistente de pesquisa, Rosimery Ribeiro de Souza, pelo suporte e entusiasmo.
- 3 - Fonte: Gerência de Recursos Humanos da Petrobras – Bacia de Campos, referente ao ano de 2000.
- 4 - Dados colhidos no Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense – Sindipetro-NF.
- 5 - Para os funcionários da Petrobras, a Constituição de 1988 estabeleceu regime de 14 por 21 dias; nas empresas contratadas, vigora o antigo sistema de 14 dias de trabalho por 14 de descanso.
- 6 - O fato de ser um “embarcado”, inclusive, agrega 150% a mais no salário-base do cidadão.
- 7 - Courtenay (2000) indica a estreita conexão entre o enfrentamento do risco e a masculinidade, que se desdobra na delimitação dos trabalhos mais perigosos – bombeiro, policial, entre outros – como sendo “coisas de homem” em princípio.
- 8 - Menezes Gomes (2002) indica em seu estudo sobre os trabalhadores terceirizados, a existência de duas subcategorias, os “arrasta-balde” – funcionários menos qualificados que exercem atividades braçais, e os empregados especializados, um degrau acima na classificação

hierárquica. Aqui, apenas indico a disposição geral de divisão entre os Petrobras e os “outros”.

9 - Tais rituais o mais das vezes constituem-se de banhos de óleo e água salgada e/ou simulações de demissão.

10 - Uma reportagem na *Revista Petrobras* (2003), feita pela empresa para seus empregados, sob o título “Esses homens e suas máquinas maravilhosas” (sic), fala da presença minoritária das mulheres nas plataformas nos seguintes termos: “As mulheres dão um toque especial às plataformas”.

NOTA DO BPR&R

Este texto é um resumo de artigo apresentado na V Reunião de Antropologia do Mercosul, em Florianópolis (SC), em dezembro de 2003, e contou com apoio da Fenorte/Tecnorte. A versão completa do artigo pode ser obtida no Banco de Artigos, Teses, Estudos e Legislação em www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br.

BIBLIOGRAFIA

- CONNELL, Robert. *Masculinities*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- COURTENAY, William. “*Constructions of masculinity and their influence on men’s well-being: a theory of gender and health*”. In: *Social Science and Medicine*, 50 (2000), p. 1385-1401.
- GOMES, Vitor. *Petroleiros entre o público e o privado – a identidade do trabalhador do setor petróleo após a flexibilização do monopólio estatal*. Rio de Janeiro, Luperj, 2002, dissertação de mestrado.
- MENEZES GOMES, Dircéia Branco. *Que trabalhador sou eu? Os trabalhadores terceirizados offshore do setor de manutenção da Bacia de Campos*. Rio de Janeiro, Luperj, 2002, dissertação de mestrado.
- REVISTA PETROBRAS. “*Esses homens e suas máquinas maravilhosas*”. Rio de Janeiro, n. 89, ano 9, março de 2003, p. 12-17.
- SCOTT, Joan. “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16, 2, julho/dezembro de 1990.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Senhores de si – uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa, Fim de Século, 1995.
- VIVEROS VIGOYA, Mara. *Identidades masculinas, étnico-raciales y salud sexual y reproductiva – una articulación necesaria*. Angra dos Reis, VII Congresso de Ciências Sociais e Saúde, outubro de 2003.

Petróleo, Royalties & Região

Boletim do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes – Campos (Rua: Anita Peçanha, 100 - Parque São Caetano / Campos dos Goytacazes - RJ CEP 28040-320
telefax:(0xx22) 2733-4100
Ano II, Nº 7 - Março/2005

Coordenação: Rodrigo Valente Serra e Denise Cunha Tavares Terra

Editor e Jornalista Responsável: Vitor Menezes (DRT 03141)
Arte, Projeto Gráfico e diagramação: Alessandro Moraes (22) 9908-9725
Bolsistas: Jacqueline Barcellos - FENORTE/TECNORTE
e Matheus Paulini - UCAM.